



PROGRAMA *Life* 2021-2027



SUBPROGRAMA TRANSIÇÃO PARA AS ENERGIAS LIMPAS

CLEAN ENERGY TRANSITION

**Sessão Regional de Informação &
Workshop de Faro**
20 de junho 2024

Paula Cristina Gomes
Direção-Geral de Energia e Geologia





PROGRAMA *Life* 2021-2027



SUBPROGRAMA TRANSIÇÃO PARA AS ENERGIAS LIMPAS CLEAN ENERGY TRANSITION



LIFE-2024-CET – BUSINESS

Apoio à transição energética nas
empresas



Objetivo

Green leap - Impulso à implementação de auditorias energéticas e sistemas de gestão de energia (âmbito A) e estímulo a abordagens colaborativas entre empresas, da mesma cadeia de valor ou em proximidade física (âmbito B).

Âmbitos alternativos, caso uma proposta tenha elementos de ambas as áreas terá de justificar



Pacto Ecológico Europeu

Fit55

REPowerEU

Green Deal industrial plan

Diretivas da Eficiência energética e das energias renováveis



Âmbito A – *Green leap* - Impulso às auditorias energéticas e sistemas de gestão de energia

- Fortalecimento da **colaboração entre Estados membros, relativamente a auditorias energéticas e sistemas de gestão energética**, visando uma abordagem harmonizada e a implementação de medidas de eficiência energética custo-eficazes.
- Abordagem comum para a identificação de empresas que caiem no âmbito do artigo 11 da EED bem como propostas de abordagem/encorajamento para empresas não abrangidas
- Plano de ação concreto para:
 - ✓ a implementação das medidas recomendadas, incluindo o potencial para o uso custo-eficaz ou produção de energias renováveis
 - ✓ Valorização e quantificação de benefícios não energéticos
 - ✓ Metodologias baseadas em normas internacionais e europeias



Âmbito A – *Green leap* - Impulso às auditorias energéticas e sistemas de gestão de energia

- Sistema de verificação da implementação de medidas
- Mecanismos de benchmarking entre empresas
- Gestão de dados
- Digitalização e sistemas de reconhecimento empresarial baseados em boas práticas ambientais



Âmbito B – Promover a cooperação energética entre as empresas, através da implementação de medidas de eficiência energética e do uso de energias renováveis (e bombas de calor quando relevante), através de abordagens colaborativas entre empresas

- Atividades de **cooperação energética**, nomeadamente entre pequenas e grandes empresas que operam na mesma cadeia de valor ou em proximidade física:
 - ✓ Cooperação e abordagens colaborativas entre empresas que trabalham na **mesma cadeia de valor** (local, europeia ou internacional) e que mantêm relações de trabalho
 - ✓ Empresas que operam em **proximidade física** (região, *cluster*, parque industrial) e que partilham ativos energéticos (geração de energia renovável, redes e armazenamento energético) e serviços energéticos, bem como trocas energéticas ou estão envolvidas em comunidades de energia
- **Clustering** facilita um melhor acesso a financiamento, contratos com ESCOS e contratos de aquisição de energia



Âmbito B – Promover a cooperação energética entre as empresas, através da implementação de medidas de eficiência energética e do uso de energias renováveis (e bombas de calor quando relevante), através de abordagens colaborativas entre empresas

- Promoção dos **benefícios múltiplos** das atividades colaborativas (redução de custos de operação, mitigação de riscos relacionados com a energia, facilitação do acesso a financiamento e identificação de barreiras que prejudiquem a cooperação energética (de cariz organizacional, legal ou social))
- Facilitar o estabelecimento de **iniciativas de cooperação concreta** (modelos de negócio economicamente viáveis)
- Demonstração da **relevância da abordagem colaborativa** em termos da criação de valor para cada agente da cadeia de valor, bem como da capacidade de capturar o potencial não utilizado de eficiência energética e energias renováveis, a montante e a jusante da cadeia de valor



Âmbito B – Promover a cooperação energética entre as empresas, através da implementação de medidas de eficiência energética e do uso de energias renováveis (e bombas de calor quando relevante), através de abordagens colaborativas entre empresas

- **Envolvimento de outros *stakeholders*** (associações industriais, instituições financeiras, ESCOS) e autoridades públicas como forma de assegurar o sucesso e sustentabilidade da abordagem colaborativa
- Abordagens devem demonstrar elevado grau de **replicabilidade** e um **plano de ação** para comunicar experiências, fatores críticos de sucesso e resultados
- Desenvolvimento de mecanismos de **benchmarking e monitorização**, com o foco no uso da energia na cadeia de valor ou ao nível do cluster ou do parque industrial, para **apoio à formulação de recomendações de política ou regulatórias**



Impacto esperado



- Demonstração da eficácia e replicabilidade das soluções propostas – apresentação de resultados concretos e da sua contribuição para os impactos específicos, com análise detalhada do ponto de partida e elos de causalidade entre os resultados e os impactos esperados
- Melhoria da qualidade das auditorias energéticas
- Harmonização dos enquadramentos das auditorias energéticas e replicação das melhores práticas
- Maior e melhor implementação das recomendações das auditorias energéticas



Impacto esperado



- Implementação da legislação UE aplicável ao(s) setor(es) empresarial(ais) em questão (em particular as Diretivas de Eficiência Energética e da Energia de Fontes Renováveis)
- Modelos empresariais viáveis para a cooperação energética entre empresas, disponíveis para implementação no mercado
- Disseminação de infraestruturas relacionadas com energia, serviços energéticos e outros que contribuam para a transição energética das empresas



Indicadores



- Número de empresas beneficiárias de apoio direto
- Taxa de implementação de recomendações de auditorias energéticas resultando do projeto
- Número auditores energéticos que usam metodologias de auditoria melhoradas
- Número de “ecossistemas” nacionais/regionais apoiados para sistemas de gestão energética e auditorias energéticas
- Número de empresas que implementam abordagens de cooperação energética
- Número de *stakeholders* relevantes abordados e mobilizados, ao nível local, nacional e europeu, em abordagens de cooperação energética entre empresas



Indicadores



- Poupança de energia primária (GWh/ano)
- Poupança de energia final (GWh/ano)
- Energia renovável gerada pelo projeto (GWh/ano)
- Redução de emissão de GEE (tCO₂eq/ano)
- Investimentos em energia sustentável (eficiência energética e energia renovável) gerados pelo projeto (cumulativo, milhões de euros)



Outros aspetos

As propostas devem ser apresentadas por, pelo menos, **3 candidatos** (beneficiários; não entidades afiliadas) de 3 países elegíveis diferentes.

A Comissão considera que as propostas que solicitem uma **contribuição da UE até 1,75 milhões de euros** permitirão abordar adequadamente os objetivos específicos. No entanto, tal não exclui a apresentação e seleção de propostas que solicitem outros montantes. *Taxa de financiamento de 95%.*



PROGRAMA *Life* 2021-2027



SUBPROGRAMA TRANSIÇÃO PARA AS ENERGIAS LIMPAS CLEAN ENERGY TRANSITION



LIFE-2024-CET – ENERPOV

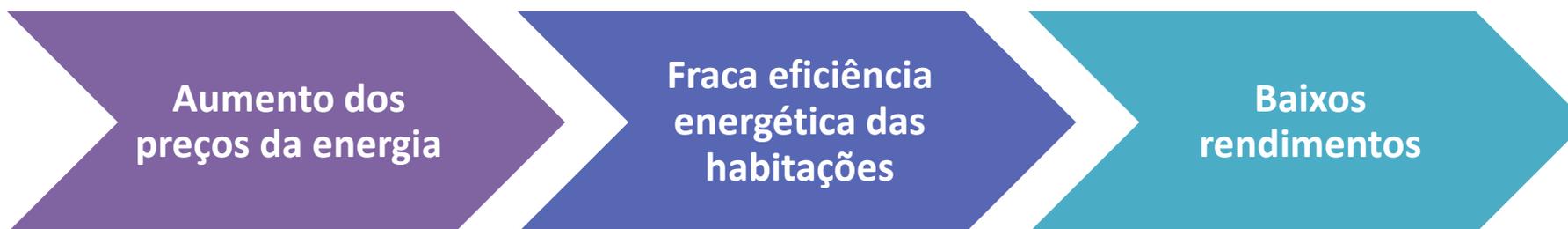
Combater a pobreza
energética



Objetivo

Combater a pobreza energética e a vulnerabilidade dos agregados familiares na Europa

As estimativas mais recentes sugerem que **9,3%** dos Europeus não conseguem manter as suas casas adequadamente aquecidas (Eurostat 2023)



Pacto Ecológico Europeu
Fitf55
Diretiva da Eficiência Energética
Diretiva para o Desempenho Energético dos Edifícios
REPowerEU
Plano UE “poupar Energia”



Foco

Proposta poderá abarcar, no máximo duas áreas

- Apoio à **renovação de edifícios privados multifamiliares**, com foco específico no reforço e adaptação das estruturas de decisão e governança (condóminos ou associações de inquilinos), barreiras regulatórias, incentivos fragmentados, através do estabelecimento e coordenação de serviços de apoio – ações de renovação devem permitir a permanência dos residentes para evitar a gentrificação.
- **Apoio às Autoridades Nacionais no cumprimento das suas obrigações relativas à pobreza energética**, previstas na Diretiva da Eficiência Energética. Este apoio deve ajudar a analisar o policy mix nacional e a combinar de forma sinérgica as diferentes medidas de combate à pobreza energética de forma efetiva e coerente ao nível nacional. Neste contexto, a ação deverá também apoiar as Autoridades na avaliação do impacto de diferentes opções de implementação, tendo em conta as necessidades nacionais e o contexto da pobreza energética.



- Apoio à **capacitação das autoridades nacionais, regionais e/ou locais** e outras estruturas sociais, no **estabelecimento de estruturas trans-sectoriais de longo prazo, para combater a pobreza energética** (e.g. observatórios nacionais para a pobreza energética). Deve estar assegurada a representatividade de todos os setores relevantes (energia, saúde, habitação social, etc.) de forma a potenciar a implementação de soluções holísticas, para a mitigação da vulnerabilidade energética no longo prazo e aumento da coesão social. Esta capacitação deverá levar (mesmo em contexto pós projeto) à conceção e implementação de intervenções integradas e esquemas de apoio.
- **Apoiar as “Partes sujeitas a obrigação”** (distribuidores, retalhistas ou operadores de redes de transporte de energia) no **estabelecimento e teste de esquemas de melhoria de eficiência energética em benefício de consumidores vulneráveis**, no contexto das medidas de eficiência na utilização de energia previstas na Diretiva de Eficiência Energética.



Impacto esperado



- Demonstração da eficácia e replicabilidade das soluções propostas para a redução da pobreza energética – apresentação de resultados concretos e da sua contribuição para os impactos específicos, com análise detalhada do ponto de partida e elos de causalidade entre os resultados e os impactos esperados
- Demonstração do contributo para a redução da pobreza energética e desenvolvimento de abordagens com sucesso para a melhoria da eficiência energética e utilização de soluções de energias renováveis, que possam ser replicadas noutras regiões ou Estados Membros. A tomada em consideração e reporte de efeitos prebound e rebound deverá ser feita, quando relevante



Indicadores



- Número de habitações energeticamente pobres com custos energéticos reduzidos
- Número de habitações (multi-apartamentos) renovadas
- Número de estruturas de governança e decisão adaptadas a edifícios multi-apartamentos
- Número de estruturas de coordenação ou apoio e programas de capacitação estabelecidos
- Número de Observatórios de pobreza energética criados, estruturas de coordenação ou apoio e programas de capacitação estabelecidos
- Quantificação de **benefícios múltiplos**, como melhoria de saúde física e mental, conforto e ambiente interior, melhor qualidade do ar interior, melhor inclusão social, redução com a despesa de saúde pública



Indicadores



- Número de pessoas energeticamente vulneráveis que beneficiam com as medidas
- Número de atos legislativos, políticas ou estratégias criadas/adaptadas relativamente à pobreza e vulnerabilidade energética
- Outros impactos ambientais, como a redução da produção de substâncias perigosas ou redução de emissões de CO₂
- Poupança de energia primária (GWh/ano)
- Poupança de energia final (GWh/ano)
- Energia renovável gerada pelo projeto (GWh/ano)
- Redução de emissão de GEE (tCO₂eq/ano)
- Investimentos em energia sustentável (eficiência energética e energia renovável) gerados pelo projeto (cumulativo, milhões de euros)



Outros aspetos

As propostas devem ser apresentadas por, pelo menos, **3 candidatos** (beneficiários; não entidades afiliadas) de 3 países elegíveis diferentes.

A Comissão considera que as propostas que solicitem uma **contribuição da UE de até 1,75 milhões de euros** permitirão abordar adequadamente os objetivos específicos. No entanto, tal não exclui a apresentação e seleção de propostas que solicitem outros montantes. *Taxa de financiamento de 95%.*



PROGRAMA *Life* 2021-2027



SUBPROGRAMA TRANSIÇÃO PARA AS ENERGIAS LIMPAS CLEAN ENERGY TRANSITION



LIFE-2024-CET-LOCAL
Planos e estratégias de
transição para energias
limpas em municípios e
regiões



Objetivo

Reforço das capacidades das autoridades públicas locais e regionais

- **Dotar os órgãos de poder local e regional da capacidade, das competências, abordagens integradas** e estruturas organizativas necessárias, para elaborar e aplicar planos e estratégias para a transição energética,
- A implementação da transição energética de uma forma holística **exige que os órgãos de poder local e regional adotem uma abordagem integrada** no planeamento e na execução de ações no domínio da energia sustentável, com forte compromisso político, alocação de responsabilidades e a identificação de recursos e oportunidades de financiamento.
- Ter em conta **potenciais sinergias e a cooperação com iniciativas complementares da UE que abordem o papel dos órgãos de poder local e regional** na transição energética (Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia).



Foco

A proposta poderá abarcar uma ou mais áreas, desde que as atividades sejam relevantes e coerentes

- **Apoiar a capacitação técnica dos órgãos de poder local e regional e reforçar as suas capacidades**, ao nível dos decisores políticos e dos funcionários, na implementação de planos e ações para a transição energética – os programas de capacitação devem ter escala, ser ambiciosos, com lastro temporal e concebidos para as necessidades específicas
- **Abordagens integradas** para ajudar os municípios a desenvolver e agilizar planos de aquecimento e arrefecimento alinhados com o objetivo da neutralidade carbónica e outras políticas setoriais. Junção de esforços a nível regional ou local e facilitação de diálogo com stakeholders relevantes, cidadão e vários níveis de governação.
- **Criar/reforçar estruturas organizacionais adequadas** para apoiar e coordenar a implementação e o acompanhamento de planos e estratégias integrados de transição energética, facilitando trocas efetivas entre vários níveis de governança e o envolvimento ativo de *stakeholders* públicos e privados



Impacto esperado

- Apresentação de resultados concretos e da sua contribuição para os impactos específicos, com análise detalhada do ponto de partida e elos de causalidade entre os resultados e os impactos esperados
- As propostas apresentadas no âmbito deste tópico devem demonstrar de que forma contribuirão para **fornecer capacidades, competências e estruturas adequadas às autoridades locais e regionais para a elaboração e execução de planos e estratégias** para a transição para as energias limpas.



Indicadores



- Número de ações de transição energética iniciadas ou implementadas, no fim do projeto.
- Recursos financeiros dedicados ou reservados para a implementação de planos, estratégias e ações de transição energética.
- Número de políticas/planos/estratégias estabelecidos
- Número de decisores políticos/funcionários públicos com capacidades/competências melhoradas.
- Número de estruturas organizacionais criadas/reforçadas.
- Número de diálogos/cooperações institucionalizados dentro e fora das autoridades públicas, incluindo os pares, as partes interessadas do sector privado e/ou a sociedade civil.
- Número de intervenientes públicos e privados envolvidos.
- Compromisso político e recursos garantidos.



Indicadores



- Poupança de energia primária (GWh/ano)
- Poupança de energia final (GWh/ano)
- Energia renovável gerada pelo projeto (GWh/ano)
- Redução de emissão de GEE (tCO₂eq/ano)
- Investimentos em energia sustentável (eficiência energética e energia renovável) gerados pelo projeto (cumulativo, milhões de euros)



Outros aspetos

As propostas devem ser apresentadas por, pelo menos, **3 candidatos** (beneficiários; não entidades afiliadas) de 3 países elegíveis diferentes.

A Comissão considera que as propostas que solicitem uma **contribuição da UE até 1,75 milhões de euros** permitirão abordar adequadamente os objetivos específicos. No entanto, tal não exclui a apresentação e seleção de propostas que solicitem outros montantes. *Taxa de financiamento de 95%.*

#EULife24

CALL for PROPOSALS



Clean Energy Transition

Obrigada!

€81
MILHÕES

DISPONÍVEIS



Contactos

isabel.soares@dgeg.gov.pt
paula.gomes@dgeg.gov.pt

